

Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim - CNPJ:27.193.705/0001-29 - Cachoeiro de Itapemirim-ES

ATIVO			
		2022	2021
CIRCULANTE:	NOTAS	37.475.949,46	35.679.830,69
Caixa	5-c	74.785,27	87.650,98
Bancos - recursos sem restrições	5-c	1.391.240,29	30.696,51
Bancos - recursos com restrições	5-d	584.033,38	47.507,55
Aplicações financeiras - recursos sem restrições	5-c	3.333,14	72.735,93
Aplicações financeiras - recursos com restrições	5-d	768.714,97	1.866.483,19
Contas a receber	5-f	25.706.449,49	25.473.224,11
Estoques diversos	5-g	5.719.150,14	5.401.242,44
Demais contas a receber	5-h	3.172.164,76	2.650.202,94
Despesas do exercício seguinte		56.078,02	50.087,04
NÃO CIRCULANTE:		50.618.551,53	50.750.896,69
Direitos de longo prazo		14.025.883,52	11.105.606,80
Contas a receber	6-a	13.628.744,90	10.777.834,25
Depósitos judiciais	6-b	397.138,62	327.772,55
Imobilizado	7	36.592.668,01	39.645.289,89
TOTAL DO ATIVO		88.094.500,99	86.430.727,38

PASSIVO			
		2022	2021
CIRCULANTE:	NOTAS	56.975.262,50	55.283.599,79
Fornecedores de materiais e serviços	8-a	28.770.043,08	25.350.395,86
Empréstimos	8-b	9.133.542,04	11.144.492,20
Obrigações com pessoal	8-c	3.043.674,59	3.421.724,17
Férias e encargos a pagar	8-d	6.573.451,66	6.065.261,79
Tributos e encargos	8-e	2.856.977,99	3.829.601,70
Subvenções a realizar	8-f,11	4.445.763,00	3.136.524,22
Receita de subvenções a realizar	8-g	2.128.549,65	2.083.804,39
Demais contas a pagar		23.260,49	251.795,46
NÃO CIRCULANTE:		27.430.386,31	30.601.928,43
Obrigações de longo prazo		27.430.386,31	30.601.928,43
Provisão para contingências	9-a	7.065.270,97	7.065.270,97
Parcelamentos de tributos, encargos e serviços	9-b	8.384.703,96	6.986.688,11
Empréstimos	9-c	1.564.453,15	4.764.304,41
Receita de subvenções a realizar	9-d	10.415.958,23	11.785.664,94
Patrimônio líquido (nota 10)		3.688.852,18	545.199,16
Patrimônio social acumulado	10-a	5.712.641,86	5.712.641,86
Ajuste de avaliação patrimonial	10-b	16.029.710,32	16.584.003,93
Déficit acumulados	10-c	(18.053.500,00)	(21.751.446,63)
TOTAL DO PASSIVO		88.094.500,99	86.430.727,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Superávit dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro

		2022	2021
RECEITA OPERACIONAL	NOTAS	209.872.539,25	160.741.817,95
Contratualização SUS	12-a	138.415.501,48	99.238.612,08
Serviços conveniados	12-b	23.861.177,63	23.846.176,76
Demais serviços hospitalares	12-c	4.880.296,57	5.685.184,05
Subvenções governamental	12-d	4.905.060,41	2.861.759,47
Contribuições e doações	12-e	1.233.600,26	1.224.672,57
Benefícios previdenciário e fiscal	13	36.315.039,19	27.409.855,22
Outras receitas operacionais		261.863,71	475.557,80
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:		(203.135.128,69)	(180.277.513,92)
Salários, ordenados, 13 ^o , férias, e indenizações		(58.798.051,47)	(56.773.743,92)
Serviços de terceiros - pessoas jurídicas		(33.420.816,36)	(27.295.065,71)
Serviços de terceiros - pessoas físicas		(9.616.340,99)	(8.394.783,26)
Despesas e encargos com pessoal		(5.033.193,65)	(4.900.657,38)
Materiais hospitalares		(36.216.099,55)	(33.565.973,50)
Obrigações incentivadas		(36.315.039,19)	(27.409.855,22)
Depreciação de bens		(6.727.162,42)	(6.393.845,98)
Água, luz, gás e limpeza		(5.570.033,14)	(4.927.093,70)
Manutenção e consertos		(1.577.736,80)	(1.791.396,84)
Despesas jurídicas		(132.275,70)	(212.892,92)
Locações de bens e imóveis		(2.003.837,30)	(1.804.288,31)
Materiais de expediente		(862.145,70)	(651.673,03)
Transportes		(217.610,41)	(246.655,21)
Comunicações		(126.769,37)	(203.670,44)
Divulgação e publicidade		(340.197,72)	(376.744,19)
Custo de captação de recursos		(461.722,48)	-
Hotelaria		(38.076,28)	(206.981,58)
Viagens		(150.101,94)	(157.383,21)
Seguros		(109.234,49)	(124.420,82)
Informática		(975.789,42)	(877.522,21)
Perdas diversas/glossas		(3.746.493,94)	(2.785.767,34)
Impostos e taxas		(105.913,78)	(9.611,45)
Doações		(454.248,00)	(1.035.000,00)
Despesas gerais		(136.238,59)	(132.487,70)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL		6.737.410,56	(19.535.695,97)
Despesas financeiras		(3.942.637,74)	(2.853.100,56)
Receitas financeiras		348.880,20	83.056,29
SUPERÁVIT (DÉFICIT) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10-c	3.143.653,02	(22.305.740,24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultados Abrangentes dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro (Em reais)

	2022	2021
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.143.653,02	(22.305.740,24)
Adições ao superávit	0,00	0,00
Deduções ao superávit	0,00	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	3.143.653,02	(22.305.740,24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social Encerrados em 31 de Dezembro

Descrição	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit (Déf.) do Exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2020	4.539.057,50	17.138.297,54	1.171.191,20	22.848.546,24
Incorporação do superávit	1.171.191,20	-	(1.171.191,20)	-
Ajuste de avaliação patrimonial-realização	-	(554.293,61)	554.293,61	-
Ajuste de exercícios anteriores	2.393,16	-	-	2.393,16
Déficit do exercício	-	-	(22.305.740,24)	(22.305.740,24)
Em 31 de dezembro de 2021	5.712.641,86	16.584.003,93	(21.751.446,63)	545.199,16
Incorporação do superávit	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial-realização	-	(554.293,61)	554.293,61	-
Superávit do exercício	-	-	3.143.653,02	3.143.653,02
Em 31 de dezembro de 2022	5.712.641,86	16.029.710,32	(18.053.500,00)	3.688.852,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Fluxo de Caixa - MI Encerrados em 31 de Dezembro

	2022	2021
1 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	9.602.374,85	(1.044.207,45)
1a) Superávit (déficit) ajustado:	9.870.815,44	(15.911.894,26)
Superávit (déficit) do exercício	3.143.653,02	(22.305.740,24)
Ajuste ao superávit:		
Depreciação e amortização	6.727.162,42	6.393.845,98
1b) Demais variações:	(268.440,59)	14.867.686,81
Diminuição (aumento) nas contas a receber	(3.084.136,03)	467.956,00
Diminuição (aumento) nos estoques	(317.907,70)	(731.301,36)
Diminuição (aumento) nas despesas antecipadas	(5.990,98)	6.596,11
Diminuição (aumento) nas demais contas a receber	(591.327,89)	1.881.092,73
Aumento (diminuição) com fornecedores de mat. e serviços	3.419.647,22	9.938.643,81
Aumento (diminuição) nas obrigações com o pessoal	(378.049,58)	115.805,71
Aumento (diminuição) nas obrigações com férias e encargos	508.189,87	137.069,28
Aumento (diminuição) com tributos, encargos e serviços	(972.623,71)	591.166,72
Aumento (diminuição) com subvenções a realizar	1.309.238,78	2.625.902,95
Aumento (diminuição) das receitas com subvenções a realizar	(1.324.961,45)	313.058,01
Aumento (diminuição) nas demais obrigações	1.169.480,88	(478.303,15)
2 FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:	(3.674.540,54)	(3.404.909,79)
Aquisição de imobilizado	(3.674.540,54)	(3.404.909,79)
3 FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:	(5.210.801,42)	3.924.025,76
Empréstimos (pagos) contralidos	(5.210.801,42)	3.924.025,76
4 VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	717.032,89	(525.091,48)
5 AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	717.032,89	(525.091,48)
Disponibilidades no início do exercício	2.105.074,16	2.630.165,64
Disponibilidades no final do exercício	2.822.107,05	2.105.074,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Valor Adicionado Encerrados em 31 de Dezembro

ITENS	DESCRIÇÃO	2022	2021
1 -	RECEITAS:	173.557.500,06	133.331.962,73
1.1)	Prestação de serviços na área da saúde	167.156.975,68	128.769.972,89
1.2)	Receitas de subvenções	4.905.060,41	2.861.759,47
1.3)	Contribuições e doações	1.233.600,26	1.224.672,57
1.4)	Outras receitas	261.863,71	475.557,80
2 -	MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS:	84.535.589,89	74.590.728,40
2.1)	Medicamentos e materiais hospitalares	36.216.099,55	33.565.973,50
2.2)	Serviços de terceiros, energia e outros	43.037.157,35	35.341.404,01
2.3)	Outros custos hospitalares	5.282.332,99	5.683.350,89
3 -	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	89.021.910,17	58.741.234,33
4 -	RETENÇÕES:	6.727.162,42	6.393.845,98
4.1)	Depreciação, amortização e exaustão	6.727.162,42	6.393.845,98
5 -	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	82.294.747,75	52.347.388,35
6 -	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA:	348.880,20	83.056,29
6.1)	Receitas financeiras	348.880,20	83.056,29
7 -	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	82.643.627,95	52.430.444,64
8 -	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	82.643.627,95	52.430.444,64
8.1)	Pessoal (salário, férias, 13 ^o , rescisões e serviços)	68.414.392,46	65.168.527,18
8.2)	Encargos com pessoal	5.033.193,65	4.900.657,38
8.3)	Impostos, taxas e contribuições	105.913,78	9.611,45
8.4)	Juros e aluguéis	5.946.475,04	4.657.388,87
8.5)	Superávit (déficit) do exercício	3.143.653,02	(22.305.740,24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

CNPJ 27.193.705/0001-29
Cachoeiro de Itapemirim - ES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Entidade foi fundada em 02 de junho de 1958, com sede e foro na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo. É uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e operações de caráter filantrópico, tendo como objetivos: a) a prestação de assistência médica e hospitalar gratuita a pessoas que reconhecidamente não disponham de recursos nem usufruam direitos para tanto, sem distinção de qualquer natureza; b) prestar assistência no setor da saúde a quantos procurarem seus serviços; e c) assistir espiritualmente a quantos necessitarem por meio do serviço de capelania.

2. REGISTROS, INSCRIÇÕES E CERTIDÕES LEGAIS

A Entidade possui as seguintes informações sobre os registros e inscrições:

- CNPJ/MF nº 27.193.705/0001-29.
- Inscrição Municipal: 6508-1.
- Inscrição Estadual: 080.048.63-3.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área de Saúde, concedido pela Secretaria de Atenção à Saúde, órgão do Ministério da Saúde, conforme Portaria nº. 1.388 de 10 de dezembro de 2020, com validade até 20 de setembro de 2021, e Protocolo de Renovação2 CEBAS nº. 25000.140610/2021-17, de 21/09/2021.

- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, válida até 01/04/2023, emitida com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
- Certificado de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, válida até 27/03/2023.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade até 22/08/2023, emitida pela Justiça do Trabalho.
- Certidão Negativa de Débitos nº. 050/2023, com validade até 29/04/2023, emitida pela Secretaria Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.
- Certidão Positiva de Débito Fiscal com Efeito de Negativa para com a Fazenda Pública Estadual nº 20230000177667, válida até 16/05/2023, emitida pelo Governo do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Fazenda.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas aplicadas às entidades sem fins lucrativos, entre as quais aquelas determinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo a ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução nº. 1.409/12, que trata das Entidades sem Finalidade de Lucros, a NBC TG 07 (R2), aprovada em 2010, que dispõe sobre subvenção e assistência governamental, a NBC TG 26 (R5), que tratam da apresentação das Demonstrações Contábeis, a Resolução 2019/NBCTGEC, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro, e, de forma complementar, os dispositivos constantes das Leis nºs. 6.404/76 (Lei das Sas) e alterações, 10.406/02 (Código Civil), a Lei Complementar 187/21 (que, entre outros, dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal) e o Decreto nº. 9.850/20, que regulamenta o Imposto de renda.

A Administração da Entidade declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade as quais configuram normas brasileiras de contabilidade específicas para tais Entidades, incluindo a adequação de todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando pertinente. As demonstrações financeiras são elaboradas em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas periodicamente em período não superior a um ano.

A Entidade tem como moeda funcional o Real, que também é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

A autorização para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria realizada em 10 de março de 2023.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Entidade estão descritas a seguir:

a) Apuração do superávit ou déficit, receitas e despesas

As receitas e as despesas necessárias à manutenção das atividades da Entidade são registradas mediante a documentação hábil e pelo regime de competência, nos termos do item 8 da ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução do CFC nº. 1.409/12, e inclui as doações, subvenções, contribuições e as aplicação de recursos.

b) Subvenções e doações

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a NBC TG 07 (R2/17) (subvenção e assistência governamentais), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumprida todas as condições estabelecidas e relacionadas às subvenções, inclusive critério de contabilização e reconhecimento do resultado.

c) Caixa e equivalente de caixa

Abrangem saldos de caixa e bancos em moeda corrente, as quais são sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Bancos e Aplicações financeiras – com restrições

Em atendimento a ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº. 1.409/12, representa os recursos financeiros advindos de subvenções governamentais, a serem aplicados a partir de 2023, nas condições determinadas nos respectivos instrumentos contratuais.

e) Ativo e passivo circulante e não circulante.

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e encargos, quando for o caso. A Entidade avalia anualmente seus ativos e passivos para verificar a necessidade de ajustes a valor presente, concluindo que não houve efeito relevante que justificasse qualquer ajuste em 2022.

f) Contas a receber

É reconhecida mediante os valores constantes de documentos e instrumentos emitidos a favor da Entidade, decorrentes da prestação de serviços hospitalares, como segue:

Descrição	2022 – R\$	2021 – R\$
Contratualização SESA	21.293.920,00	15.762.616,83
Seguradoras de saúde	5.985.270,65	11.891.107,71
Provisão p/crédito de liq. duvidosa	-1.572.741,16	-2.180.500,43
Total:	25.706.449,49	25.473.224,11

É constituída provisão em base considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e para tanto são considerados os valores de inadimplência mais antigos.

g) Estoques:

Os estoques referem-se a medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar. Os estoques obsoletos ou “vencidos” são baixados ou substituídos, quando identificados.

Estão assim representados:

Estoques:	2021-R\$	2022-R\$
Medicamentos	2.130.131,54	1.948.542,95
Materiais hospitalares	2.195.591,37	2.286.876,83
Outros materiais	1.393.427,23	1.165.822,66
Total	5.719.150,14	5.401.242,44

h) Demais contas a receber

É reconhecida mediante os valores constantes de documentos e instrumentos emitidos a favor da Entidade, decorrentes de operações a serem recebidas em 2022, como segue:

Descrição	2022 – R\$	2021 – R\$
Adiantamento a fornecedores	2.862.613,55	2.421.080,71
Cheques e cartões a receber	307.217,87	227.427,77
Adiantamento de salário	2.333,34	1.694,46
Total	3.172.164,76	2.650.202,94

6. DIREITOS DE LONGO PRAZO

São considerados neste grupo de contas os valores cujo prazo para sua realização ultrapassa doze meses, nos termos dos itens 60 a 68 da NBC TG 26 (R5), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Contas a receber

Referem-se aos seguintes:

Contas:	2022-R\$	2021-R\$
Pagamentos por conta do HECI Itapemirim – Município de Itapemirim	4.649.891,70	4.159.505,65
Convênios a receber	6.683.198,88	3.495.113,69
Recursos de glosas	2.495.097,09	1.058.465,54
Glosas a serem tratadas	3.714.003,16	5.351.188,03
Provisão para contas a receber de convênios	-3.913.445,93	-3.305.686,66
Adiantamento a terceiros	0,00	19.248,00
Total	13.628.744,90	10.777.834,25

Os pagamentos por conta do Hospital Evangélico – Município de Itapemirim decorre de valores devidos pela Maternidade Santa Helena, situado no Município de Itapemirim – ES a fornecedores, impostos e contribuições daquela unidade, que prevê a entrega de ativos no fim da gestão. O Contrato de Prestação de Serviços e Gestão foi assinado em 15 de dezembro de 2009 e tem aditivos posteriores. Os valores pagos serão liquidados quando da transferência de ativos decorrentes do contrato de parceria.

Os recursos de glosas e as glosas a serem tratadas decorrem de valores a receber de diversos convênios, pertinentes a prestações de serviços anteriores a 2022 e estão sob os cuidados de departamento interno e do jurídico da Entidade. Para os valores de difícil liquidação é constituída provisão de perdas correspondente.

b) Depósitos judiciais

Valores depositados conforme decisões judiciais, referentes a processos trabalhista, aguardando definição para a sua realização.

7. IMOBILIZADO

É representado pelos seguintes valores:

Tipo de bens	2021	Aquisições		Depreciação		2021
	R\$	R\$	%	R\$		R\$
Terrenos	633.555,52	0,00	-	0,00		633.555,52
Terrenos – ajuste patrimonial	4.389.544,55	0,00	-	0,00		4.389.544,55
Prédios e construções	7.289.428,15	1.050.635,79	4	-541.713,65		7.798.350,29
Prédios e construções – ajuste patrimonial	12.194.459,38	0,00	0	-554.293,61		11.640.165,77
Construções em andamento	774.370,93	-774.370,93	-	0,00		0,00
Equipamentos hospitalares	9.858.254,97	2.245.651,44	10	-4.657.823,46		7.446.082,949
Equipamentos não hospitalares	1.002.890,95	119.677,02	10	- 228.165,44		894.402,53
Móveis e utensílios	1.237.986,55	588.192,28	10	- 694.113,71		1.132.065,12
Computadores e periféricos	2.034.101,74	313.854,94	20	- 27.054,22		2.320.902,46
Veículos	230.697,15	130.900,00	20	- 23.998,33		337.598,82
Totais:	39.645.289,89	3.674.540,54		-6.727.162,42		36.592.668,01

A sociedade tem mantido a política de aplicar parte de seus recursos financeiros na modernização de sua estrutura física e operacional.

O imobilizado está representado pelos bens operacionais, registrados pelo seu custo de aquisição, conforme documento de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme taxas descritas no quadro acima. Exceto imóveis, não foram aplicados sobre eles a permissão contida na NBC TG 37 (5), com as alterações até 24/11/17, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, quanto aos custos iniciais de adaptação às normas internacionais.

Em 2018 foi avaliado a preço de mercado os valores dos terrenos e edificações. A avaliação compreendeu a determinação do valor justo, a preço de mercado, dos imóveis através de Laudo feita por três profissionais do mercado imobiliário, com registros no CRECI/ES e CNAI, para efeitos da adoção do custo inicial do valor dos imóveis, que atendem plenamente as exigências legais e contábeis para a sua aplicação.

No total de aquisições de equipamentos hospitalares em 2022 consta o montante de R\$ 3.334.031,32 (R\$ 1.420.482,44 em 2021) adquiridos com verbas governamentais, conforme “nota explicativa 11”.

8. OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO

a) Fornecedores de materiais e serviços

Representa a materiais e serviços adquiridos e utilizados nas atividades operacionais da Entidade, reconhecidos ao valor da documentação ou dos contratos correspondentes.

b) Empréstimos

Compõem-se de valores relativos a empréstimos para capital de giro, como segue, inclusive as importâncias de longo prazo:

Financiadores:		Finalidade	2022 - R\$		2021 - R\$	
			Curto prazo	Longo Prazo	Curto prazo	Longo Prazo
1	Banestes S/A	C. Giro	3.787.987,68	1.578.328,20	3.814.549,93	5.441.167,15
1	- Encargos a transcorrer		-662.987,68	-276.244,86	-689.545,94	-939.232,55
2	Banestes S/A	C. Giro	238.228,92	297.786,15	238.228,92	297.786,15
2	- Encargos a transcorrer		-26.562,25	-35.416,34	-26.562,25	-35.416,34
3	Banestes S/A	C. Giro	3.370.970,46	0,00	0,00	0,00
3	- Encargos a transcorrer		-162.637,13	0,00	0,00	0,00
4	Banestes S/A	C. Giro	2.588.537,22	0,00	2.889.538,22	0,00
4	Santander S/A	C. Giro	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00
	Santander S/A	C. Giro	4,82	0,00	1.325.000,00	0,00
	Santander S/A	C. Giro	0,00	0,00	638.943,55	0,00
	- Encargos a transcorrer		0,00	0,00	-45.660,23	0,00
	Total		9.133.542,04	1.564.453,15	11.144.492,20	11.144.492,20

- Informações complementares sobre os empréstimos, considerando a ordem numérica:

Ordem	Finalidade	Início	Fim	Taxas %		Garantias
				Mensal	Anual	
1	C. Giro	20/05/2020	18/04/2024	0,77	9,64	Receíveis do SUS
2	C. Giro	20/08/2021	22/07/2024	CDI+1,10	CDI+14,03	Aval
3	C. Giro	30/12/2022	30/11/2023	CDI+0,55	CDI+6,80	Aval
4	C. Giro	15/06/2020	13/03/2023	CDI+1,20	-	Direito de créditos

Os valores estão de acordo com os instrumentos financeiros contratados e extratos das respectivas instituições financeiras, as obrigações de curto prazo do ano anterior foram liquidadas em 2022.

As obrigações encontram-se registradas por seu valor presente, descontados os encargos futuros, através do reconhecimento dos encargos a transcorrer, a serem registrados à medida de sua efetiva ocorrência, atendendo o princípio da competência.

c) Obrigações com pessoal

Refere-se obrigações decorrentes da folha de pagamento de dezembro de 2022, a serem pagas no início de 2023.

d) Férias e encargos a pagar

O valor considera as férias e respectivo encargos (FGTS e adicional) devidos na data de 31 de dezembro de 2022.

e) Tributos e encargos

Representa a obrigações com tributos, encargos e contribuições cujos valores são apresentados, para melhor compreensão:

Descrição	2022 – R\$	2021 – R\$
Parcelamentos INSS/RFB	446.774,88	1.400.194,13
FGTS sobre folha	523.786,71	479.524,50
IRRF sobre folha	793.535,27	966.710,82
IRRF/Terceiros PF	44.805,66	81.309,18
IRRF/Terceiros PJ	47.138,62	52.698,85
ISS – PF	1.094,90	1.276,36
ISS – PJ	97.649,17	58.856,31
COFINS/PIS/CSLL	148.807,38	103.778,58
INSS retido	646.935,75	583.254,57
Contr. Sindical	106.449,65	101.998,40
TOTAIS	2.856.977,99	3.829.601,70

f) Subvenções a Realizar

Referem-se valores recebidos através de convênios governamentais, cuja realização por custeio ou aplicações em bens, em parte ou total, dar-se-ão a partir de 2023.

Os valores a realizar encontram-se depositados ou aplicados em instituições financeiras, sob restrições, garantindo a aplicação de suas importâncias nos diversos objetos constantes nos Convênios.

g) Receitas de Subvenções a Realizar

Parcela de curto prazo relativo a valores decorrentes de convênios governamentais, aplicados em bens que compõe o ativo imobilizado e que deverão ser transferidos para conta de resultados à medida de suas realizações, conforme disposto pela NBC TG 07 (R2), aprovada pela Resolução 1.305/2010, do Conselho Federal de Contabilidade. As realizações podem acontecer por venda, depreciação ou obsolescência dos bens adquiridos. Na Entidade as realizações têm ocorrido devido ao desgaste natural do bem e da aplicação da metodologia da depreciação. As parcelas a serem realizadas em 2023 encontram-se registradas no passivo circulante enquanto aquelas a serem realizadas a partir de 2024 no passivo não circulante, como obrigações de longo prazo.

9. OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

São esclarecidos como segue.

a) Provisão para contingências

A IAS 35 e CPC 25 definem os critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, contingências ativas e passivas, assim como as regras de divulgação para entendimento de sua natureza, época e valor. São relacionadas a seguir as informações de direitos e obrigações presentes decorrentes de eventos passados que provavelmente irão gerar entradas ou saídas de recursos financeiros, tendo como base as informações constantes do relatório jurídico da entidade, assim distribuídos:

Natureza:	2022 – R\$	2021 – R\$
Cíveis	100.000,00	100.000,00
SESA – resp. civil terc. (Incor) (1)	6.965.270,97	6.965.270,97
Total	7.065.270,97	7.065.270,97

(1) O valor é cobrado pelo Estado, conforme processo nº. 67829546, que envolve procedimentos adotados pela Fundação Instituto do Coração “Dom Luiz Gonzaga Peluzo”, não aceitos pela Secretaria de Estado da Saúde. A obrigação foi provisionada em 2014, devido sua inclusão como Dívida Ativa na Receita Estadual, mas encontra-se suspensa por decisão de recurso. Pelo princípio fundamental de contabilidade da “prudência” optou-se pela manutenção da provisão contábil até a decisão jurídica final.

b) Parcelamento de tributos, encargos e serviços

Trata-se de valores advindos de obrigações decorrentes de parcelamentos concedidos pelos entes de direito, e que tem os vencimentos a partir de 2021, como apresentado:

Ítem	Descrição:	2022 – R\$	2021 – R\$
(1)	Parcelamentos INSS/RFB	1.922.537,10	2.070.130,09
(2)	Escelsa E. Elétrica S/A – parc.	5.937.415,79	3.976.718,63
(3)	BRK Ambiental	415.277,87	939.839,39
(4)	Parcelamento SAAE	109.473,20	0,00
TOTAIS		8.384.703,96	6.986.688,11

(1) A Entidade se beneficiou dos diversos programas de parcelamentos advindos do Governo Federal, como o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela Lei nº. 13.496, de 24/10/2017, da Lei 10.522/2002, através do Regime Simplificado - Empresa em Geral e do Pert Ilíc. Os parcelamentos abrangeram as obrigações administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e as pendentes na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O programa reduziu o montante das obrigações e concedeu parcelamento.

(2) Parcela de longo prazo do contrato de parcelamento de 28/09/2018 com a fornecedora de serviços de energia. O instrumento prevê pagamento em 100 parcelas, com início em 17/10/2018 e término em 20/01/2027 e inclui obrigações vencidas de 2015 a 2018. O montante da obrigação com esse fornecedor, que inclui, também, obrigações não pagas de 2018 a 2022, é de R\$ 13.727.851,53 e inclui provisão de encargos por atraso de pagamentos. O restante da obrigação consta da rubrica fornecedores, no passivo circulante das demonstrações contábeis.

(3) Parcela de longo prazo do contrato de parcelamento de 29/10/2020 com fornecedora de serviços da área ambiental. O instrumento prevê pagamento em 57 parcelas, com início em novembro/2020 e término em

julho/2025 e inclui obrigações vencidas de 2018 a 2020. O montante da obrigação com esse fornecedor é de R\$ 415.277,87. O restante da obrigação consta da rubrica fornecedores, no passivo circulante das demonstrações contábeis.

(4) Parcela de longo prazo do contrato de parcelamento de 17/03/2022 com fornecedora de serviços de água à Entidade. O instrumento prevê pagamento em 60 parcelas, com início em abril/2022 e término em março/2027 e inclui obrigações vencidas de 2018 a 2020. O montante da obrigação com esse fornecedor é de R\$ 109.473,20. O restante da obrigação consta da rubrica fornecedores, no passivo circulante das demonstrações contábeis.

c) Empréstimos

Como apresentado na nota “8-b”, refere-se às parcelas do empréstimo com vencimentos a partir de 2024.

d) Receitas de subvenções a realizar

Trata-se da parcela de longo prazo relativo a valores decorrentes de convênios governamentais, aplicados em bens que compõe o ativo imobilizado e que deverão serem transferidos para conta de resultados à medida de suas realizações, conforme disposto pela NBC TG 07 (R2), aprovada pela Resolução 1.305/2010 e alterações, do Conselho Federal de Contabilidade.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Patrimônio social acumulado

A Entidade tem como prática a incorporação do superávit apurado no ano anterior a seu patrimônio social, na forma estipulada no item 15 da ITG 2002, aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, todavia não a adota nas situações de déficits acumulados.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Ajuste decorrente da adoção, em 2017, do valor atribuído (deemed cost) aos valores dos imóveis da entidade, nos termos da NBC T 19.18, que tratou da adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.

A conta apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.584.003,93
Realização por depreciação dos imóveis (construções)	-554.293,61
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.029.710,32

O valor da realização encontra-se transferido para o superávit (déficit) do exercício

c) Déficit acumulados

Apesar do resultado positivo no presente exercício a posição da conta continua negativa, como elencada a seguir.

Descrição	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-21.751.446,63
Valor transferido da reserva de ajuste patrimonial por realização	554.293,61
Superávit apurado no exercício	3.143.653,02
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.053.500,00

O ano de 2022 foi positivo financeiramente para a Entidade, permitindo melhor equilíbrio financeiro e resultado operacional, mas, ainda, insuficiente para cobrir as dificuldades decorrentes de anos anteriores (2019 a 2021). Diversas iniciativas vêm sendo executadas por seus gestores, para a solução da situação negativa e melhora financeira e operacional.

11. MOVIMENTAÇÃO DOS CONVÊNIOS EM 2022

Conforme os procedimentos ditados pela ITG 2002 (R2), do CFC, para as entidades sem fins lucrativos e a NBC TG 07 (R2), que dispõe sobre os procedimentos no recebimento de subvenção e assistência governamentais.

Em 2022 tais recursos apresentam as seguintes movimentações:

CONVÊNIOS				REALIZAÇÃO		RECEBIMENTOS/RENDIMENTOS/DEVOLUÇÕES - R\$				RECURSOS PRÓPRIOS
ORIGEM	Nº.	VALOR-R\$	OBJETO	JÁ REALIZADO	EM 2022	Em 2022	Remd/(taxas)	Devolvido	A realizar	
MUNICIPAL:										
Cachoeiro Itapemirim - ES	896874-2022	682.787,70	Custeio	0,00	0,00	682.787,70	0,00	0,00	682.787,70	0,00
Parcial 1:		682.787,70		0,00	0,00	682.787,70	0,00	0,00	682.787,70	0,00
ESTADUAL:										
SESA - ES	9055-2020	15.000,00	Custeio	15.000,00	15.663,89	0,00	-589,89	0,00	0,00	1.253,78
SESA - ES	9056-2020	19.110,00	Imobilizado	0,00	0,00	0,00	153,82	19.263,82	0,00	0,00
SESA - ES	9017-2021	19.908,72	Custeio	19.908,72	21.015,66	0,00	575,55	-575,55	0,00	1.106,94
SESA - ES	9034-2021	70.000,00	Equipitos	0,00	0,00	0,00	3.704,30	0,00	73.704,30	0,00
SESA - ES	9039-2021	100.000,00	Custeio	100.000,00	19.817,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SESA - ES	9048-2021	20.432,30	Equipitos	19.368,65	19.368,65	0,00	418,03	0,00	1.481,68	0,00
SESA - ES	9057-2021	100.000,00	Custeio	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
SESA - ES	9064-2021	80.148,00	Custeio	80.148,00	79.500,00	0,00	-603,54	0,00	44,46	0,00
SESA - ES	9002-2022	7.818.042,45	Custeio	0,00	0,00	1.943.320,32	0,00	0,00	1.943.320,32	0,00
Parcial 2:		8.242.641,47		319.425,37	240.365,50	1.943.320,32	3.658,27	19.839,37	2.033.550,76	2.360,72
FEDERAL:										
CMB/FEHOPES	Adesão-2011	4.515,75	Video Conf.	4.515,75	2.211,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Federal	863013-2017	1.020.000,00	Equipitos	0,00	0,00	0,00	12.078,03	0,00	1.032.078,03	0,00
Federal	873432-2018	158.273,20	Equipitos	158.273,20	158.273,20	0,00	645,03	0,00	645,03	0,00
Federal	886331-2021	180.847,86	Equipitos	180.847,86	0,00	0,00	285,34	285,34	0,00	0,00
Federal	896874-2022	4.100.001,59	Equipitos	2.691.022,00	1.408.979,59	1.408.979,59	31.676,79	0,00	31.676,79	0,00
Federal	898457-2021	150.000,00	Equipitos	150.000,00	19.099,23	0,00	1.738,21	1.738,21	0,00	0,00
Federal	898460-2021	100.000,00	Equipitos	100.000,00	0,00	0,00	877,41	877,41	0,00	0,00
Federal	899006-2021	296.609,10	Equipitos	296.609,10	0,00	0,00	162,49	2.253,39	0,00	2.090,90
Federal	900631-2021	350.000,00	Equipitos	350.000,00	350.000,00	0,00	4.783,73	-4.783,73	0,00	0,00
Federal	900632-2021	100.000,00	Equipitos	100.000,00	0,00	0,00	468,01	468,01	0,00	0,00
Federal	900633-2021	112.930,00	Equipitos	112.930,00	46.430,00	0,00	1.472,05	1.472,05	0,00	0,00
Federal	900634-2021	141.500,00	Equipitos	141.500,00	0,00	0,00	459,30	459,30	0,00	0,00
Federal	900635-2021	1.350.000,00	Equipitos	1.350.000,00	869.900,00	0,00	5.922,56	0,00	5.922,56	0,00
Federal	904729-2021	479.137,82	Equipitos	479.137,82	479.137,82	0,00	10.669,15	10.669,15	0,00	0,00
Federal	904730-2021	259.500,00	Equipitos	259.500,00	0,00	0,00	1.235,15	1.235,15	0,00	0,00

Federal	919236-2022	659.102,13	Equipitos	0,00	0,00	659.102,13	0,00	0,00	659.102,13	
Parcial 3:		9.462.417,45		6.374.335,73	3.334.031,32	2.068.081,72	72.473,25	24.241,74	1.729.424,54	2.090,90
TOTAL		18.387.846,62		6.693.761,10	3.574.396,82	4.694.189,74	76.131,52	44.081,11	4.445.763,00	4.451,62

12. ORIGEM DAS RECEITAS

a) Contratualização SUS

Receitas decorrentes de atendimentos médicos hospitalares, no âmbito do Sistema Único de Saúde, conforme Convênios firmados com o governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado da Saúde.

b) Serviços Conveniados

Receitas decorrentes de atendimentos médicos hospitalares por conta de administradoras de plano e seguradoras de saúde, mediante contratos, relativo aos seguintes:

Descrição	2022 – R\$	2021– R\$
Unimed – Cachoeiro de Itapemirim	12.231.695,51	10.807.170,26
Cassi – Caixa Assis. Banco Brasil	497.736,38	883.999,13
Bradesco Seguros	537.424,16	743.672,54
Samp	2.785.741,57	2.175.230,34
São Bernardo Saúde	2.988.327,75	1.135.071,30
GEAP	943.867,53	1.243.406,32
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	399.182,18	554.549,79
Banescaixa	483.202,74	546.005,98
Consórcio Intermunicipal	411.218,43	456.079,76
Consórcio Polo Sul	42.241,00	222.958,50
Amil	274.443,73	52.929,14
C.E.F-PAMS	591.142,96	622.556,77
Petrobrás	285.095,27	112.555,13
Trino Aliança Filantrópica de Assistência e Int	109.108,92	0,00
Demais convênios	1.280.749,50	4.289.991,80
TOTAL	23.861.177,63	23.846.176,76

c) Demais serviços hospitalares

Receitas decorrentes da prestação de serviços a particulares e demais procedimentos de serviços, incluindo a Filial no Município de Itapemirim – ES, como segue:

Descrição	2022 – R\$	2021 – R\$
Pacientes particulares	3.143.227,67	3.324.268,37
Serviços de Ressonância Magnética	605.716,81	642.744,48
Serviços de Tomografia	373.897,00	741.063,94
Serviços de Ultrassonografia	149.057,98	219.406,47
Exames laboratoriais	261.938,67	274.533,23
Radiologia	79.008,16	82.376,50
Oftalmologia	218.809,17	327.903,08
Outros serviços	48.641,11	72.887,98
TOTAL	4.880.296,57	5.685.184,05

d) Subvenções governamental

Subvenção diversas recebidas das entidades governamentais:

ORIGEM	CONVÊNIO Nº.	VALOR-R\$	OBJETO
- PREFEITURAS:			
Cachoeiro de Itapemirim - ES	896874-2022	682.787,70	Custeio
- ESTADUAL:			
Termo de Fomento	9055-2020	15.000,00	Custeio
Termo de Fomento	9064-2021	80.148,00	Custeio
Termo de Fomento	9039-2021	100.000,00	Custeio
Termo de Fomento	9002-2022	1.943.320,32	Custeio
- FEDERAL:			
Depreciação de bens	Diversos	2.083.804,39	Equipamentos
Total		4.905.060,41	

e) Contribuições e doações

Contribuições e doações feitas por particulares, pessoas físicas e jurídicas, para aplicação nos objetivos fins da sociedade, como segue:

Descrição	2022 - R\$	2021- R\$
Recursos fornecidos pelas Igrejas Evangélicas Mantenedoras	13.500,00	12.300,00
Recursos pelo RECICLAHECI (Programa Seletivo de Coleta)	13.577,33	17.267,97
Captação Recursos (Escelsa)	226.280,75	185.771,11
Contribuição de pessoas jurídicas	469.578,06	610.668,17
Contribuições de pessoas físicas	281.888,44	169.889,64
Trabalho voluntário-item 19 da ITG 2002(R1)/12	228.775,68	228.775,68
TOTAL	1.233.600,26	1.224.672,57

13. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA

a) Imunidade/isenção tributária e previdenciária

A sociedade está imune e isenta do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através dos Certificados relacionados na nota explicativa "2", por atender aos requisitos contidos na Lei Complementar nº. 187/2021 e inciso 6º, art. 150 da CF/88.

b) Benefício previdenciário e fiscal usufruídos

Em 2022 foi reconhecido contabilmente o valor dos benefícios previdenciário e fiscal usufruídos sobre as operações hospitalares, acarretando a inserção do benefício usufruído na demonstração de resultado apurado, como segue:

IMUNIDADES/ISENÇÕES:	2022 – R\$	2021 – R\$
1 - Previdenciária:		
Sobre a folha de pagamento, autônomos e fornecimento de mão-de-obra	19.019.201,10	16.377.591,13
2 - Impostos e contribuições federais:		
a) COFINS – sobre as receitas faturadas (base lucro real)	6.281.640,37	3.766.636,29
b) Pis – sobre as receitas faturadas (base lucro real)	1.363.777,19	817.756,56
c) IRPJ – sobre o superávit (base lucro real)	957.982,97	0,00
c) CSLL – sobre o superávit (base lucro real)	282.928,77	0,00
e) IOF s/empréstimos	51.660,00	9.372,60
3 - Municipal:		
ISS sobre os serviços hospitalares prestados	8.357.848,78	6.438.498,64
TOTAL DA ISENÇÃO	36.315.039,18	27.409.855,22

Os cálculos dos impostos federais consideraram a utilização da sistemática de apuração pelo Lucro Real. O valor total das isenções encontra-se aplicado integralmente na manutenção das operações sociais do Hospital. Os valores encontram-se registrados nas respectivas contas de despesas relativas aos impostos e contribuições, assim como sua contrapartida em receitas.

14. SEGUROS

A política do hospital é a de manter cobertura de seguros em montante considerado satisfatório, face aos riscos envolvidos do exercício. Em 2021 e 2020, para segurar as operações desenvolvidas, foram contratados seguros para cobrir os seguintes riscos:

a) Cobertura Matriz

Tipo de Riscos:	Importância Segurada – R\$	
	2022	2021
Incêndio, raio, explosão de qq natureza	30.000.000,00	30.000.000,00
Danos Elétricos	1.500.000,00	1.500.000,00
Roubo e furto de bens	100.000,00	100.000,00
Avaria de Máquinas e Equipamentos	400.000,00	400.000,00
Despesas fixas	50.000,00	50.000,00
Vendaval, furacão, ciclone, granizo e tornado	150.000,00	150.000,00
Responsabilidade civil profissional	1.000.000,00	1.000.000,00
Responsabilidade civil	700.000,00	1.000.000,00
4 Veículos:		
- Compreensiva (colisão, roubo e incêndio)	100% FIPE	100% FIPE
- Cobertura para terceiros (danos materiais)	300.000,00/200.000,00	300.000,00/200.000,00
- Cobertura para terceiros (danos corporais)	400.000,00/200.000,00	300.000,00/200.000,00
- Acidente pessoais por passageiro (invalidez)	20.000,00/10.000,00	20.000,00/10.000,00
- Danos morais	50.000,00/10.000,00	50.000,00/10.000,00

b) Cobertura Depósito

Tipo de Riscos:	Importância Segurada – R\$	
	2022	2021
Incêndio, raio, explosão e fumaça	7.000.000,00	7.000.000,00
Vendaval/Fumaça	250.000,00	250.000,00
Danos Elétricos	50.000,00	50.000,00
Perda ou Pagto. de Aluguel a Terceiros	50.000,00	50.000,00
Responsabilidade civil operações	100.000,00	100.000,00

c) Litoral Sul

Tipo de Riscos:	Importância Segurada – R\$	
	2022	2021
Responsabilidade civil	1.000.000,00	300.000,00

15. DIVULGAÇÃO ITG 2002(R1)/2015

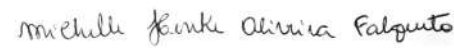
O item 27 da ITG 2002 (R1), sobre Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, menciona que as demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

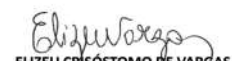
As divulgações para o atendimento da ITG são as seguintes:

- (a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
Encontra-se divulgado na nota explicativa 01.
- (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
Encontra-se divulgado nas notas explicativas 5-b, 12 e 13.
- (c) a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse;
Encontra-se divulgado na nota explicativa 13 e demonstração do superávit ou déficit.
- (d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
Encontra-se divulgado na nota explicativa 8-f/g, 9-d, 11 e 12-d.
- (e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
Encontra-se divulgado na nota explicativa 5-d.
- (f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
Encontra-se divulgado na nota explicativa 5-d e 11.
- (g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
Até a data de conclusão das demonstrações financeiras não se apresentaram eventos que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- (h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
Encontra-se divulgado na nota explicativa 8-b.
- (i) informações sobre os seguros contratados;
Encontra-se divulgado na nota explicativa 14.
- (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
A questão não se aplica às operações hospitalares da Entidade.
- (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;
Encontra-se divulgado na nota explicativa 7.
- (l) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
As operações da Entidade são desenvolvidas com recursos próprios advindas de suas operações hospitalares acrescidas de subvenções recebidas de entidades governamentais, com destinação certa, conforme demonstra a nota explicativa 11.
- (m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;
O procedimento não se aplica às atividades hospitalares da Entidade, sujeita às normas no campo da saúde para fruição de seus benefícios quanto às isenções previdenciária.
- (n) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.
A comparação é feita através da demonstração do superávit ou déficit do exercício e os custos e despesas encontram-se cobertos pelas receitas, como evidenciada na apuração do superávit ou déficit do exercício. No presente exercício, conforme mencionado na nota 10-c, o resultado apresenta superávit operacional.

Reconhecemos a exatidão das demonstrações contábeis acima e suas notas explicativas,

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 31 de dezembro de 2022.


MICHELLE HENKE OLIVEIRA
Téc. Contabilidade CRC-ES 017214/O-2


ELIZEU CARLOS SOSTOMO DE VARGAS
Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Membros do Conselho de Administração do
HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Cachoeiro de Itapemirim – ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do descrito na seção a seguir sobre “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Não foi possível consistir o saldo da rubrica “Provisão para contingências”, constante do passivo de longo prazo e comentada na nota explicativa “9-a” nas demonstrações contábeis de 2022, por falta de movimentação e de relatório jurídico que ateste essa condição ao final do período sob nossa verificação, impossibilitando a obtenção de evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme nota explicativa “9-b” a Entidade possui obrigação no montante de R\$ 13.727.851,53 com empresa fornecedora de energia elétrica, advindas de 2015 a 2022. Os gestores da Entidade informaram que está negociando o parcelamento da dívida, inclusive mediante a contratação de empresa especializada para auxiliar a negociação. A conduta da Entidade é correta, porém entendemos que seus gestores devam procurar estabelecer procedimentos financeiros que permita a liquidação da obrigação nos prazos de seu vencimento, já que o fornecimento desse serviço é fundamental para a manutenção de suas atividades.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

▪ Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram por nós examinadas, cujo relatório foi emitido em 05 de outubro de 2022 sem modificações, mas citando assuntos sobre a apresentação da demonstração do valor adicionado – dva e déficit apurado no exercício.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro (RJ): 20 de março de 2023.



ALIANÇA
Auditoria Contábil e Empresarial
CRC RJ 002749/O-8-5/ES



Francisco Sant'Ana Silva
Sócio – Responsável Técnico
Contador CRC RJ 026.209/O-3-5/ES – CNU 130

CONSELHO FISCAL DO HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Aos Srs:
Membros do Conselho de Administração do
Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim

PARECER FISCAL PARCIAL (Janeiro a Setembro/2022)

Prezados Senhores,

O Conselho Fiscal ora vigente buscou exercer a função de controle, em especial, avaliar e promover a accountability (prestação de contas e responsabilidade), a fim de monitorar os demonstrativos contábeis de modo a tornar disponível aos associados e usuários o nível de transparência e confiabilidade das contas dessa instituição. Sendo assim, com o término das atividades do Conselho Fiscal atual e o início das atividades de um novo Conselho a ser eleito em Assembleia, formulamos o Parecer em tela, avaliando os demonstrativos contábeis (balancetes) do período de Janeiro a Setembro de 2022.

1. Dos Aspectos Econômicos em Geral

Os anos de 2020/2021 foram um marco na história mundial, principalmente, devido aos impactos da crise sanitária provocada pela pandemia do Corona Virus, quando as restrições de mobilidade prejudicaram ainda mais a economia. Os exames e cirurgias eletivas foram suspensos, gerando para o ano corrente uma demanda incomum, cujos resultados, ora negativos, se mostram nos números alcançados.

Aliado a esse cenário, surge a guerra da Ucrânia, que potencializou a recessão econômica e aumento do déficit nas contas em geral, diminuindo recursos financeiros para investimento, e, ainda, a falta de produção de insumos para a realização de simples exames.

2. Dos Demonstrativos Contábeis (Balancete mês de Setembro/2022)

Resultados:

Setembro/2021		Setembro/2022	
ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
90.261.810,38	100.457.790,92	87.640.573,82	96.667.795,07
RECEITA	DESPESA	RECEITA	DESPESA
96.037.429,54	106.233.410,08	279.955.974,81	288.988.047,90

Observa-se o déficit financeiro apresentado (despesa maior que receita / passivo maior que o ativo) oriundo de exercícios anteriores mostrando-se em recuperação.

3. Perspectivas e Planos Futuros

Nos últimos anos o Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim (HECI) vem recebendo recursos advindos de Governos Federal e Estadual, através de Emendas Parlamentares e outros convênios, fazendo com que o plano de investimentos não sofra tanto com os impactos negativos da economia.

É de conhecimento de todos que o HECI é referência, dentre outras especialidades, em oncologia.

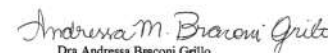
Já faz parte da estrutura o Instituto dos Olhos e Instituto do Coração, e agora, em tramitação o processo de construção do Hospital do Câncer, cujos recursos financeiros investidos proporcionarão aumento significativo dos atendimentos oncológicos.

Conclusão

Trata-se de Relatório parcial, haja vista que o exercício contábil ainda não se findou. Contudo, observamos que as demonstrações contábeis se apresentam em conformidade com as Normas Contábeis vigentes, em todos os aspectos.

Ressaltamos, ainda, que não foi possível a realização de encontros presenciais para análise dos documentos, porém, sabemos que o setor contábil do HECI respeita as normas e princípios, as leis e o Conselho Federal de Contabilidade.

Cachoeiro de Itapemirim/ES 17 de outubro de 2022.


Dra. Andressa Bracconi Grillo

Erasmo Duarte

Maria Helena Bernardo

Valquíria Araújo Goulart

CONSELHO FISCAL DO HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Aos Srs.:
Membros do Conselho de Administração do
HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Nesta

PARECER FISCAL REFERENTE AO ANO DE 2022

Senhores Associados,

Em atenção às disposições estatutárias da Seção III, art. 23, 24 e 25, do Estatuto Social, o Conselho Fiscal informa seu parecer sobre o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022, em análise dos seguintes documentos: "Parecer Fiscal Parcial (Janeiro a Setembro/22)" (Doc 1); "Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2022" (Doc2) e "Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31/12/2022" (Doc3).

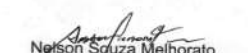
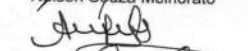
Considerando que o Conselho Fiscal anterior já havia emitido juízo de valor referente a movimentação financeira do Hospital referente aos meses de Janeiro de 2022 a Setembro de 2022.

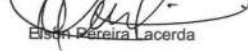
Considerando ainda, que este atual Conselho Fiscal realizou duas reuniões presenciais tendo acesso ao documentos fiscais de Outubro de 2022 a Dezembro de 2022, e em sua análise periódica da documentação, conforme Art. 25 do Estatuto Social, salientamos que os referidos documentos contábeis encontram-se devidamente arquivados e autorizados em acordo com as normas em vigor.

Considerando que o setor contábil do HECI respeita as normas e princípios regidos pelas leis e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Assim sendo, O Conselho Fiscal manifesta parecer favorável à aprovação do Balanço Patrimonial como está em sua forma.

Cachoeiro de Itapemirim, 23 de Março de 2023.


Nelson Souza Melhorato

Alessandra Sathier Rosa

Elson Pereira Lacerda

Hélio Lengruber


Wesley de Oliveira Louzada Bernardo

Sérgio Antônio Bertholi Schmid

Alexandre Costa Simões